Ñanduty
ISSN:2317-8590

Volume 14 | Número 23 | 2026

Apresentação do dossiê

Experiências estético-corporais e práticas rituais em religiões de matriz africana e afro-indígena

Edgar Rodrigues Barbosa Neto
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: edgar.r.barbosa.neto@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4716-7145

Fabiana Marques do Carmo
CuraRe – Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
E-mail: odarafabi@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-9673-3355

Yuri Tomaz dos Santos
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: yuri.tomaz90@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4395-179X

Alinhado a questões centrais da antropologia da religião e a reflexões contemporâneas sobre experiências corporificadas do “sagrado”, este dossiê reúne um conjunto variado de produções que, embora organizadas em diferentes eixos, gravitam em torno de questões diretamente vinculadas a esse campo de pesquisa: modos rituais de expressão; regimes de constituição de corpo-pessoa a partir das diferentes tradições estudadas; marcadores socioculturais de diferenciação e identificação; e conjuntos de gestos, posturas, percepções e sensações. Aquilo que nos motivou a formular esta proposta foi o desejo de construir um campo temático capaz de responder a diferentes interesses: não apenas àqueles mais diretamente associados à antropologia das religiões – área na qual nos reconhecemos e à qual nos pensamos vinculados –, mas também a outras gramáticas teórico-analíticas. Nossa expectativa era, assim, estimular a presença de uma pluralidade de saberes e a construção de um lugar no qual essa variação pudesse ganhar forma e expressão a partir das religiões de matriz africana e afro-indígena. É esse o compromisso, simultaneamente teórico e político, que o presente dossiê procura afirmar.

Esse compromisso – associado à pluralidade contemporânea das práticas de conhecimento, como aquelas aqui reunidas – resulta, por um lado, das inflexões conceituais ocorridas na história recente da antropologia e, de modo mais amplo, no campo das ciências sociais, assim como de seus efeitos sobre a possibilidade de retomar questões clássicas da área a partir de novas abordagens. Por outro lado, resulta também de transformações significativas nos agenciamentos coletivos de enunciação e de suas consequências para as práticas de autoria e de criação intelectual, marcadas pela presença cada vez mais ampla de adeptos e praticantes, que podem ou não possuir alguma trajetória acadêmica.

É bastante conhecido o lugar ocupado pelo corpo como tecnologia de mediação do sagrado entre praticantes de religiões de matriz africana e afro-indígena. Enquanto tecnologia, o corpo é, simultaneamente, produto e produtor de mediações e, nesse sentido, apresenta-se como inseparável de agenciamentos que colocam em relação tempos, lugares, objetos rituais, ferramentas litúrgicas, humanos, divindades, animais, plantas, artefatos materiais, imagens etc. Desse ponto de vista, o corpo é tanto forma quanto força, ao mesmo tempo material e imaterial. Cabe perguntar, então, como práticas e expressões rituais – notadamente banhos, incorporações, ocupações, irradiações, recolhimentos, ebós, otimizações, benzimentos, resguardos, iniciações, escarificações, cirurgias espirituais, ritos funerários, entre tantas outras – são experimentadas por adeptos e adeptas, tendo o corpo como tecnologia que medeia, recepciona, emite, agencia, compartilha e sacraliza esses momentos litúrgicos.

Convém também acrescentar que a notória presença do corpo na pesquisa contemporânea, que às vezes parece transformá-lo em uma espécie de ideia pronta, não pode nos levar a perder de vista o importantíssimo lugar ocupado por ele em diversos trabalhos clássicos, dentro e fora do campo de estudo das religiões de matriz africana e afro-indígena. Será suficiente lembrar, por exemplo, a sua centralidade na monografia clássica de Roger Bastide sobre o candomblé da Bahia, na qual o corpo aparece na interface entre a anatomia, a cosmologia e a geografia, com destaque para as relações de natureza analógica e participativa entre seus limiares e fronteiras, suas passagens e cortes, por meio das quais se compõem vínculos complexos entre pessoas, terreiros e divindades.

É o que destaca Anna Caroline de Araújo, autora que compõe conosco este dossiê, ao afirmar que “precisamos pensar que corpo de terreiro não é neutro; é um território de biopolíticas, permeado de ancestralidade, de memória, de significações de energias advindas de territórios em negação nas bandas de cá”. Em outras palavras, há uma inconciliabilidade entre esse corpo e qualquer tentativa de desistoricizá-lo ou desgramatizá-lo, uma vez que ele não começa nem termina em si mesmo, mas é compartilhado com um conjunto de elementos materiais e imateriais sem os quais se torna vulnerável. Despossuí-lo desses elementos significa, além disso, desnaturar sua complexa relação de simetrização e coabitação com muitos outros corpos – inclusive com aqueles que esses sujeitos sequer conhecem –, dado que se trata, nesse processo de significação do mundo, de privilegiar outras faculdades para além da (cosmo)visão e da (cosmo)percepção.

O corpo, assim como o terreiro e o cosmos, não forma uma unidade homogênea. Cada uma de suas partes recebe um cuidado e uma atenção especiais, e é na sua diversidade que elas se conectam umas com as outras, formando um complexo equilíbrio estético-ritual. É nesse sentido que o corpo é também a cabeça, lugar no qual se assenta a divindade principal de cada pessoa e que dispõe de sua própria diferenciação interna, como aquela que distingue a frente e o fundo, os lados direito e esquerdo, o centro; mas também os olhos, tornados divinos pelo compartilhamento do axé que fortalece a potência da visão; as mãos, por meio das quais se faz a existência; a boca, em sua dialética sagrada que reúne a palavra e a culinária, a saliva e o axé; as pernas e os pés, pelos quais passam ao mesmo tempo o movimento e o vínculo com a terra; o útero, *imago mundi* que associa corpo e casa etc. O corpo é também inseparável de todo um conjunto de gestos e de estados, tais como sentar-se diretamente no chão ou mais acima, deitar-se de frente ou de costas, friccionar as mãos, espalmá-las, batê-las uma na outra, olhar para baixo, evitar o contato olho no olho, intuir, sentir sono, sentir cansaço, sonhar, entre tantos outros.

Todas essas partes e suas articulações, essas posturas e sensações, fazem do corpo um altar multissensorial no qual está implicado o território da comunidade, na diversidade que a constitui. O corpo é atravessado pela multiplicidade que constitui o mundo. Precisamente por isso podemos também dizer que cada corpo é composto

por vários corpos. Desse ponto de vista, falar do corpo é também falar da pessoa, das práticas rituais de sua constituição, de sua produção como um ser e como uma força, simultaneamente singular e coletiva. É importante observar que esses regimes de constituição de pessoas, inseparáveis de diversas práticas rituais, também se encontram interseccionados por experiências de raça, de gênero, de sexualidade, de classe, de idade que atravessam os territórios negros das comunidades de terreiro.

O corpo, como território simultaneamente pessoal e coletivo, constitui-se como dispositivo de processos de individuação, ou talvez de singularização, dos quais não resultam, contudo, nada parecido com a ideia de indivíduo ou de indivisibilidade. As religiões de matriz africana e afro-indígena compõem modos de existência e estilos de pensamento que tornam possível compreender como a individuação se articula com a multiplicidade, tal como indicado por Roger Bastide em seu ensaio “O princípio de individuação (contribuição a uma filosofia africana)” (Bastide, 2018).

Vale, finalmente, acrescentar que, ao nos propormos a pensar a dimensão estética dessa experiência, temos em conta as complexas relações entre visibilidade e invisibilidade, entre exposição e segredo, as quais, igualmente implicadas nos múltiplos corpos de cada pessoa, criam possibilidades variadas de conexão entre o cosmos e a política, entendidos como dimensões que participam das práticas rituais, orientando os seus processos de composição e as alianças, ou eventualmente os dissensos, que se formam a seu respeito. Assim, sustentamos que, mais do que um individualidade homeostática e anátomo-fisiológica, o corpo, em seu caráter polimorfo, é cosmo-corpo-político, porque ontológico, historicizado, biografado e, não raro, disputado por narrativas hegemônicas reducionistas.

E, se é bem verdade que o corpo, assim como o terreiro e o cosmos, não forma uma unidade homogênea, tampouco os textos deste dossiê o fazem, dada a complexa heterogeneidade que os caracteriza. É claro que as discussões estão alinhadas por um interesse comum: apontam para a inconciliabilidade de pensar o plano da experiência – e os riscos invariavelmente desconhecidos que isso traz – a partir do “sagrado”, sem levar à exaustão o caráter nodal que o corpo, a corporeidade e a corporalidade ocupam nesse cenário. Ainda assim, reconhece-se que há, entre elas, uma originalidade própria de cada manuscrito. Dessa maneira, acompanhando as

últimas publicações editoriais, optamos pela divisão em eixos – o que não deve ser entendido como uma separação em partes totalmente independentes, visto que, em maior ou menor grau, elas permanecem articuladas entre si –, quais sejam: *Corpo-território-terreiro: modos de fazer e pertencer*; *Ações simbólicas e a constituição ritual do corpo*; *Riscar o corpo na diferença – gênero e educação*; e *Territórios do sagrado – ensaio fotográfico etnográfico*.

O texto que abre o dossiê, intitulado *A cosmologia yorùbá e o corpo como território: corporeidade, ancestralidade e sacralidade no Candomblé Nagô*, de Alessandra Maria da Silva Gomes (UFMG) e Tatiana Maciel Gontijo de Carvalho (UEMG), demonstra, com precisão e acuidade, como a construção subjetiva na tradição estudada está vinculada ao modo como ela se constitui localmente na relação com o sagrado. Ao desestabilizarem lógicas dualistas e materialistas ocidentais – tais como corpo vs. mente, razão vs. emoção, humano vs. não humano –, as autoras mostram como a lógica de anular uma coisa como condição para afirmar outra é contraproducente, na medida em que binariza um modo de estar no mundo que ultrapassa esse regime. Como argumenta a antropóloga Rita Laura Segato (2021), é precisamente a lógica binária, em concomitância com processos de fragmentação e instituição de hierarquias, que estabelece os pilares da colonialidade. A característica nodal do texto reside na compreensão do corpo como um "acontecimento" no pensamento social africano, mais especificamente entre os *yorùbá*, envolto por "território, tempo e história" e constituído por um conjunto de princípios cosmológicos.

Ao articularem o conhecimento dos itãs, a vivência do terreiro e a bibliografia, as autoras revelam, a partir do campo, uma conexão fundamental entre esse modo de existência e sua forma de se relacionar com o sagrado. Os princípios cosmológicos associados às práticas desses candomblecistas nagôs atualizam uma ontologia africana em território brasileiro e participam ativamente do processo de reconstituição subjetiva de um corpo negro colonizado. De modo mais amplo, o texto demonstra como a construção cosmológica e ritual do corpo integra um sistema teológico altamente complexo da sacralidade nagô, contrapondo-se à ideia, mais ou menos clássica, de que o corpo estaria circunscrito a uma forma simbólica de expressão.

O segundo texto, de Anna Caroline de Araújo, intitulado *Corpo terreiro: estética e memória ancestral versadas nas encruzilhadas*, constitui uma reflexão que parte da própria vida cotidiana, articulando conhecimentos orais e a vivência no terreiro. A relação entre corpo, terreiro, memória e encruzilhada compõe o núcleo central de sua argumentação, sustentada pela ideia de uma política de resistência que tensiona matrizes eurocêntricas. A metamorfose pelo corpo de que trata Anna Caroline constitui matéria e ferramenta de ruptura, apontando o terreiro – e o corpo que ele próprio produz – como um verdadeiro patuá, no qual os segredos, estilizando a rebeldia e desnormatizando certas regras, permanecem não contados e pouco acessíveis.

Essa magia política, convertida em tecnologia social de resistência, deve ser resguardada, a fim de que nem mesmo os grupos hegemônicos exerçam controle social sobre ela. Em outros termos, o corpo resulta de um conjunto de memórias, biografias, trajetos, encruzilhadas, ancestralidades, recusas, biopolíticas e territórios que, pluralizados, constituem uma unidade múltipla. A unidade, nesse sentido, não é sinônimo de um; ela é imediatamente multiplicidade. Em *Corpo terreiro* [...], a autora contribui, seguramente, para essa reflexão, comprometida com a defesa de que esses corpos-terreiros são o próprio terreiro, não apenas porque são territórios, mas também porque constituem uma reafirmação da vida. Afinal, “é como se o corpo fosse uma recompilação da memória ouvida, internalizada e vivenciada”, precisamente como sustenta a autora.

O terceiro texto integra o eixo *Ações simbólicas e a constituição ritual do corpo*. Intitulado *O corpo em incorporação na umbanda: dois que na verdade são três*, o trabalho de Alexandra Bittencourt de Carvalho (IFNMG) avança conceitualmente na discussão sobre corpo e incorporação ao sugerir que a gramática corporal seja compreendida como o próprio discurso. Trata-se de um movimento situado tanto por seu lugar como letrista e nativa da tradição estudada quanto por seus interesses no campo da análise do discurso. Ao pensar o corpo como um sistema aberto, sem reduzi-lo a um conjunto sintático de rituais, a reflexão de Bittencourt fornece subsídios para pensar possibilidades de relação entre letras e antropologia, sobretudo quando nos convida a suspeitar tanto do pensamento binário presente em abordagens sobre o corpo quanto de categorias totalizantes que se apresentam discursivamente como

regimes autoevidentes. Nesse sentido, trata-se de um trabalho fortemente inclinado ao campo discursivo da linguagem, que contribui para renovar questões do ponto de vista teórico-conceitual, sobretudo no âmbito da antropologia linguística.

Em *Ações simbólicas e os corpos nos ritos de iniciação no distrito de Mandimba-Niassa-Moçambique: processos constituidores do Ser Mulher*, Elisa Adriano Wachila (UFPA), Almeida Meque Gomundanhe (Movuma-Niassa), Francisco Pereira de Oliveira (UFPA) e Joana d'Arc de Vasconcelos Neves (UFPA) situam o debate sobre o corpo como importante tecnologia social de mediação ritual, de produção de parentesco e de conexões e de reafirmação da identidade coletiva entre as mulheres da cultura Yao, em Mandimba, na província de Niassa. Trata-se de uma proposta original, que dialoga com importantes pesquisadores/as do pensamento social africano sobre ritual. Ao acompanhar os processos que envolvem iniciadas, madrinhas e anciãs – seguindo as diferentes etapas que conferem status social a essas mulheres no interior de suas comunidades –, as pessoas autoras demonstram como os rituais de constituição do ser mulher dizem respeito menos a uma ordem da essência do que à criação de alianças, hierarquias, saberes e formas de transmissão, assim como a segredos cerimoniais que integram socialmente a comunidade.

Trata-se de um modo de existência que só pode ser compreendido a partir de relações que reconhecem a heterogeneidade do "ser mulher" no interior do próprio coletivo. Nesse caso, cumpre ressaltar que os regimes regulatórios de sexo-gênero não podem ser tomados como universais, mas como dependentes de configurações específicas de tempo e história. Os arranjos sociais e familiares africanos são complexos, e é preciso compreender que eles derivam, seguindo os caminhos nos quais tem insistido a socióloga Oyèrónké Oyèwùmí (2004; 2021), de bases conceituais distintas. Isso exige especial atenção aos arranjos matrilineares e matrilocais entre as mulheres Yao, assim como a outros sistemas familiares africanos, que nada têm a ver com as contradições imaginadas por certas perspectivas ocidentais.

O artigo de Yuri Tomaz dos Santos (UFMG), Fabiana Marques do Carmo (CuraRe – Ufal) e Esmael Alves de Oliveira (UFGD), intitulado *Por entre cosmo-corpo-política: das tecnologias de mediação do sagrado*, é um convite vertiginoso, diríamos – e aqui cumprindo as prerrogativas do que preferem os próprios autores –, no qual

os corpos, tomados a partir das cinco tradições estudadas, oferecem distintos subsídios para a compreensão das práticas rituais às quais estão vinculados. Isto é, trata-se de compreender essas práticas a partir dos sentidos atribuídos ao corpo em cada uma delas. Ancorado em uma abordagem marcadamente fenomênica do debate sobre corpo e experiência ritual, o texto não apresenta o corpo como um conceito apriorístico, tampouco como algo completamente desabitado de sentido. Em vez de submetê-lo a repetições categoriais, toma-o como noção existencial-relacional, apreendida em sua multiplicidade, tanto como forma quanto como extensão de uma potência múltipla e de produção de saberes.

Nesse sentido, o caráter plástico e versátil do corpo, aliado à rejeição de certas antinomias (natural vs. sobrenatural, natureza vs. cultura, humanos vs. não humanos/mais-que-humanos) e de formulações da própria área (como a ideia de fixação da personalidade, tão discutida ao longo da disciplina), permite que praticantes do candomblé, da umbanda, da quimbanda, do tambor de mina e do culto tradicional de Ifá revelem que, nem mesmo no interior das matrizes africanas, prevalece a homogeneidade no que se refere às dimensões moral e sacerdotal do corpo. Isso ocorre precisamente porque são os marcadores socioculturais de diferenciação e identificação, em concomitância com os regimes que sacralizam o corpo em cada uma dessas tradições religiosas – corpo coabitado por outros corpos, que podem ou não ser visualizados –, que lhes atribuem valores. O corpo é, para esse tipo de abordagem, portanto, um constructo polissêmico, constituído por processos ininterruptos de relações: não opera por bipartições, mas resulta de um exercício relacional complexo e sofisticado.

Em *A formação ritual do corpo no candomblé de ketu: da prática à vivência com a mediação do sagrado sob a liderança do Bàbálòrisá Henrique de Oxaguiã*, Daniela Braga Santos (Unam) e Henrique Rodrigues Cortes (Ilê Asè Omi Gbato Jegede) discutem o processo de constituição do corpo a partir do candomblé, situando o debate em suas próprias experiências, vivenciadas desde os lugares do abianato e do sacerdócio. Retomam, assim, uma discussão clássica da antropologia acerca da construção ritual da pessoa (candomblecista), contribuindo para renová-la quando, a partir do Ilê Asè Omi Gbato Jegede, nos convidam a refletir sobre como a ideia de

fixação da personalidade, tão conhecida por nós, vale mais como uma ficção social, funcionando como operador de associação da pessoa ao orixá pessoal, do que como algo que efetivamente exista. Trata-se, então, de desnaturalizar, a partir da própria experiência prevista pelo abianato, a ideia de personalidade como algo previamente dado pelo rito iniciático, de modo quase hilemórfico. Reafirma-se, ao contrário, que é por meio da pedagogia litúrgica, das etiquetas locais e da tradição, das instruções gestuais processuais e graduais, das interdições e dos tabus, do saber como repetição e do não saber como potência que se estrutura um corpo candomblecista, em correspondência com os consensos e, eventualmente, com os dissensos estabelecidos com a divindade pessoal.

É também Márcio Goldman (1984) quem nos lembra como tudo isso é, na realidade, altamente complexo e não pode ser objeto de um debate superficial, exatamente pelo risco de desnaturá-lo. O que ocorre, seguindo os caminhos indicados pelo próprio autor, é a constituição de uma pessoa múltipla e, ao mesmo tempo, estabilizada. Isto é, a constituição do corpo e, por conseguinte, da pessoa no candomblé instaura, entre candomblecistas, o reconhecimento de uma natureza humana que não se inscreve previamente nem no/a adepto/a, nem no orixá. De um lado, a pessoa não nasce “pronta” – o que supõe uma série de rituais que afirmam esse estágio liminar, mesmo entre aqueles/as que não são ocupados por seus orixás pessoais –; de outro, a própria “força” é objeto de um processo postulado de constituição, já que se trata da unidade. Esse campo ainda fértil de discussões, como nos demonstra o texto de Santos e Cortes, revela como as noções nativas de corpo rompem com a ideia de uma entidade individual.

O sétimo texto integra o eixo de relatos de experiência, *Riscar o corpo na diferença – gênero e educação*. O texto é de autoria de Kaio da Silva Barcelos (UFGD) e Sérgio Antonio Gracia (Templo Escola de Umbanda Iansã Senhora dos Ventos – TESV). *O artigo Entre giras e territórios: corporeidade, resistência e produção de saberes em um terreiro de umbanda em Dourados-MS apresenta processos* que articulam práticas religiosas, educativas e sociais no TESV, associadas às tensões e aos conflitos gerados pelo racismo religioso e por outros marcadores socioculturais de diferenciação e identificação. As autorias demonstram como o terreiro se constitui,

diríamos, em um território contra-hegemônico por excelência que, embora opere com normas e valores próprios, transforma-se em um refúgio de vivências alternativas, cuja socialidade contesta as lógicas e os discursos locais que insistem na abjeção de práticas, comportamentos e vivências que dissidem de outras legitimidades.

Enquanto território sagrado, o TESV se justapõe cotidianamente ao mundo externo, compensando e denunciando suas violências. Há, nesse sentido, uma justaposição de espaços, alguns deles incapazes de reafirmar a vida, que não constitui mera ficção, mas tensiona e reúne um conjunto de elementos que não estão apartados da vida social do terreiro. Em outras palavras, a experiência religiosa constitui-se como uma experiência encarnada, corporificada e comunitária, na qual a produção de saberes e as ações sociais não se descolam das constantes acusações e do paradoxo da representatividade. Tudo isso mobiliza o terreiro a assumir práticas antirracistas concretas e a suplementar políticas diante de suas insuficiências.

Ainda no âmbito das práticas antirracistas e pedagógicas, *Pés no chão para voar: escrevivência, dança afro-brasileira e reencontro ancestral*, de Marina Nascimento Silva Souza (UFMS) e Marina Brasiliano Salerno (UFMS), oitavo texto de nosso dossiê, constitui um relato autobiográfico. A narrativa gira em torno da trajetória de uma professora de dança – mulher negra, com 25 anos de atuação profissional majoritariamente orientada por técnicas eurocêntricas – que vivencia um processo de ressignificação corporal e epistêmica a partir do reencontro com as danças afro-brasileiras e com seu ensino. Tal movimento ocorre no contexto de Mato Grosso do Sul, estado marcado por estruturas socioculturais conservadoras e por expressivas manifestações de racismo religioso, o que confere à experiência contornos de resistência política e de reconstrução identitária.

A narrativa ancora-se teoricamente nos conceitos de amefricanidade, escrevivência e perspectiva afrocêntrica, que fundamentam tanto a prática pedagógica quanto a escrita, ambas compreendidas por Souza e Salerno como gestos de insurgência simbólica e de reparação histórica. A investigação empírica, conduzida por meio de oficinas de dança afro-brasileira centradas no Maracatu Nação e no Frevo, realizadas com meninas negras de 10 a 13 anos em uma escola pública do estado, revelou que tais expressões, por gozarem de relativa legitimidade social

em razão de sua associação ao carnaval e à cultura nordestina, possibilitaram vivências práticas, rodas de conversa e reflexões sobre identidade e ancestralidade. Essas experiências alinham-se à compreensão do corpo como canal de saber e de reafirmação do ser.

Os resultados apontaram transformações subjetivas significativas, como o orgulho da própria cor/raça (“sou pretinha, pretinha”), evidenciando o potencial pedagógico de referências afro-diaspóricas em contextos de hegemonia branca e cristã. Além disso, as autoras revelam como a experiência expôs também os entraves à efetivação da Lei 10.639/03 em regiões marcadas pelo conservadorismo e pelo racismo religioso, exemplificados por episódios de intolerância ocorridos durante a Semana da Consciência Negra, que leitores/as poderão conhecer com maior precisão no próprio relato.

Já em *Dinâmicas de gêneros dissidentes, menstruação e inclusão no terreiro Pena Azul: uma perspectiva da umbanda de Omolokô*, Michelle Perez Dos Santos (Unicamp) apresenta dados produzidos a partir de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada em um terreiro localizado na periferia de São Paulo, região marcada por processos de desigualdade estrutural, e o terreiro se constitui, nesse contexto, como uma importante zona de socialidade e de resistência às práticas coloniais-heteronormativas. Com o objetivo de compreender de que maneira a menstruação e as experiências de gênero de pessoas transmasculinas e não binárias impactam a organização social e as dinâmicas religiosas do grupo, Dos Santos revela que, entre seus/suas interlocutores/as, prevalecem concepções distintas de interpretações que, em outros contextos da mesma tradição religiosa, podem constituir o principal fundamento da interdição, como ocorre, por exemplo, com a noção de puro e impuro.

Essa noção de pureza e impureza recebe um tratamento mais complexo na história da antropologia com o trabalho de Mary Douglas, que, em Pureza e Perigo (1976), discute como a oposição entre puro e impuro funciona, na realidade, como uma antinomia necessária à manutenção da ordem social. Mais especificamente no campo das religiões de matriz africana, a questão da menstruação aparece de diferentes maneiras, chegando inclusive a influenciar o conjunto das relações nos

terreiros, a partir da compreensão de que o corpo aberto interfere na dinâmica ritual. Isso não nos permite, contudo, concluir de maneira apressada e quase em tom acusatório que tal concepção se restrinja ao biológico. Trata-se, antes, de uma espécie de tradição mítica relacionada à ideia de desgaste, de modo que essa concepção não deriva exclusivamente de um ponto de vista biológico nem de uma compreensão judaico-cristã.

Além disso, é importante que a menstruação não seja compreendida como algo à parte do corpo. Se o corpo é uma totalidade por onde circulam matérias ancestrais, é também no sangue menstrual, compreendido como símbolo do poder feminino e da possibilidade de extensão da vida, que reside o paradigma entre a interdição e a política de reconhecimento. Dessa forma, nesse relato de experiência, as narrativas dos/as interlocutores/as apresentadas em *Dinâmicas de gêneros dissidentes [...]* tensionam e desconstroem concepções relacionadas ao sangue menstrual, convidando-nos a relativizar universalismos analíticos.

O próximo eixo, *Corpo e saúde em política de cuidado*, reúne o texto *Avaliação crítica sobre uso da medicina indígena por usuárias do Bahserikowi*, de Jonathas Anthunes do Vale (Ufam) e Marcelo Galegare (Ufam). Trata-se de uma discussão oportuna e pertinente ao campo da antropologia, por situar-se no debate sobre percursos terapêuticos a partir da experiência de interlocutoras que fazem uso da medicina indígena. Ao acompanhar três mulheres em tratamento no Centro de Medicina Indígena Bahserikowi, localizado na cidade de Manaus/AM, em uma pesquisa realizada em diferentes momentos de 2024, os autores demonstram como as políticas de cuidado de si, convertidas em práticas de otimização do corpo, revelam uma semelhança entre as interlocutoras, todas não indígenas, quanto ao motivo que impulsiona a procura por esse tipo de protocolo terapêutico integrado. Essa procura situa-se sempre no campo de uma inabilidade, diríamos, da biomedicina, que, em razão de sua fragmentação, não teria contemplado determinadas dimensões de suas experiências. O corpo em tratamento torna-se, então, alvo de *bahsese* (benzimento), de orientações sobre restrições sexuais e alimentares, do uso de óleos, águas e perfumes e de defumações. Essas práticas são acompanhadas por um protocolo cujas etapas são definidas pelos *kumuãs* (especialistas pertencentes aos povos

yepamahsã, *utãpirõ-porã* e *um_ukori-mahsã*) e que opera, entre essas três interlocutoras, com uma racionalidade médica eficaz, legitimando a prática.

Por fim, o ensaio fotográfico de Thaina Pereira de Assis (UFMG) e Adriana de Souza Medeiros Batista (UFMG), *Territórios do sagrado: ensaio fotográfico etnográfico sobre práticas estéticas afro-brasileiras e psicologia simbólica no Quilombo de Pinhões*, é o décimo primeiro texto e encerra o dossiê, no eixo de mesmo nome, *Territórios do sagrado – ensaio fotográfico etnográfico*. A pesquisa, realizada entre março e maio de 2025 e vinculada ao Projeto Para Elas (UFMG), voltado a mulheres vítimas de violência, contou com sessões realizadas em espaços simbolicamente considerados sagrados, como a cachoeira, o jardim do Convento de Macaúbas e o cemitério. Nesses espaços, as narrativas "ativaram gestos", como preferem as autorias, atravessados por raça, gênero, ancestralidade e espiritualidade. Seguramente, trata-se de um ensaio fotoetnográfico configurado no campo do sensível que, a nosso juízo, dialoga diretamente com a dimensão estético-corporal de territórios continuamente corporificados. O ensaio demonstra consistência e articulação entre dados de campo, descrições e registros, ao mesmo tempo que evidencia as disputas simbólicas entre aquilo que aqui colocaremos entre muitas aspas – a "memória oficial" – e os processos de apagamento nos espaços sagrados do território, propondo uma escuta sensível das mulheres negras e das estéticas afro-brasileiras.

Os textos reunidos neste dossiê oferecem contribuições consistentes para o debate antropológico sobre o corpo, compreendendo-o como operador analítico central. Seja por seu caráter etnográfico, autoetnográfico, conceitual ou fotoetnográfico, esse mosaico tensiona dicotomias clássicas que permanecem orbitando em torno da antropologia, especialmente aquelas entre natureza e cultura, indivíduo e sociedade e sagrado e profano, ao mesmo tempo que sublinha a insuficiência de abordagens que reduzem o corpo à materialidade biológica ou à pura linguagem simbólica. Sobre esse aspecto, já tendo sido advertidos pela antropóloga Sônia Weidner Maluf (2001) acerca dos cuidados necessários diante de abordagens que repetem, categoricamente, a correspondência entre os dualismos que pretendem criticar, acreditamos que o que se tem aqui é, de um lado, um conjunto de textos que

recusa o universalismo e as definições apriorísticas acerca do que sejam um corpo e uma pessoa, em favor de uma antropologia atenta aos distintos regimes nos quais corpo e pessoa estão diretamente vinculados; e, de outro, a reafirmação do corpo como território constituído por memórias e resistências, articulado às práticas rituais e à produção de sujeitos e saberes.

Certamente, não gostaríamos de resolver os paradoxos do corpo na antropologia. Por isso mesmo, reforçamos que seu caráter polimorfo se metamorfoseia em cosmo-corpo-política, visto que sua dimensão ritual se constitui em discursos que enunciam identidades e pertencimentos por meio de gestos, sensações, feituras, possessões, hierarquias, regras, etiquetas, valores, parentesco e modos de se colocar em relação com o sagrado. Essa plasticidade semiótica implica reconhecer que o corpo, enquanto cosmo-corpo-política, constitui-se, por sua vez, na relação com divindades, territórios e, sobretudo, com outros corpos que anuem à sua existência. Isto é, em contextos como esses, a autonomia individual constitui uma ficção social, uma vez que esses mesmos corpos, ou aquilo que os constitui, inscrevem-se em regimes de deslocamentos, permanências, rupturas, variações e multiplicidades. Em outras palavras, o corpo ritual é sempre relação e modulação.

Referências bibliográficas

ANJOS, José Carlos dos. 2001. “O corpo nos rituais de iniciação no Batuque”. In: LEAL, Onidina Fachel (org.). *Corpo e Significado*. Porto Alegre, UFRGS.

BASTIDE, Roger. 1961 [1958]. *O candomblé da Bahia (rito nagô)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

BASTIDE, Roger. 2018. “O princípio de individuação (contribuição a uma filosofia africana)”**.** *Cadernos de Campo*, 27(1), p. 220-232.

DOUGLAS, Mary. 1976. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva.

GOLDMAN, Marcio. 1984. *A possessão e a construção ritual da pessoa no candomblé*. Dissertação de Mestrado, Antropologia Social, UFRJ.

GOLDMAN, Marcio. 2005. “Formas do saber e modos do ser: Observações sobre multiplicidade e ontologia no candomblé”. *Religião e Sociedade*, 25(2), p. 102-120.

MALUF, S. W. 2001. “Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas”. *Esboços — Histórias em contextos globais*, 9(9), p. 87-101.

OLIVEIRA, Bianca Ferreira. 2012. *Pessoa, jocosidade e moral a partir de uma família de santo de Almas e Angola*. Dissertação de Mestrado. Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução de Juliana Araújo Lopes. Volume 1, Dakar, CODESRIA, p. 1-7. 2004.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.1a Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2021.

SEGATO, Rita Laura. Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda. Tradução de Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.